

Síntese das Discussões sobre Sistemas de Informação

Marcelo Neri

As discussões sobre Sistemas de Informação, organizadas pelo Sebrae, tomam como base o reconhecimento da relevância de assimetrias de informações entre potenciais tomadores e instituições financeiras, o que resulta num empecilho para o acesso ao crédito, em particular, por parte das micro e pequenas empresas. O debate mostrou o que está se fazendo, seja por iniciativa pública ou privada, para a criação do que podemos chamar de um cadastro positivo de informações consolidadas bem como algumas fontes de informação externas a operações financeiras que possam subsidiar a concessão de crédito. O debate deixou clara a necessidade do desenvolvimento de um sistema de informação para atender as demandas das MPEs.

Ao falarmos em sistemas de informações nos referimos também a sistemas de garantias, aí incluindo colaterais alternativos para as MPEs. O que interessa é disponibilizar para as instituições creditícias informações do tipo “qual a capacidade de pagamento”, “o que é que o indivíduo consegue pagar”. Um cadastro positivo nos permite dizer se no passado este indivíduo honrou suas dívidas, ou seja, se mostrou capacidade, ou vontade de pagamento.

As MPEs representam um contingente bastante numeroso e diverso, e a análise tradicional, feita sobre este grupo lhes atribui inúmeros riscos *a priori*, afastando-as do mercado e da possibilidade de construir histórias de crédito. Trata-se de uma assimetria de informações entre os agentes econômicos e as instituições financeiras o que acaba dificultando a efetivação de uma série de empreendimentos pela falta de acesso a crédito.

As micro e pequenas empresas se deparam com uma série de exigências de garantias assim como com uma série de custos fixos elevados para conseguir um crédito bancário. Para as instituições financeiras é mais simples conceder o empréstimo de uma quantia elevada a uma única empresa do que conceder vários empréstimos a muitas empresas, os custos em função dos riscos assumidos são maiores.

A potencial queda da taxa de juros básica da economia brasileira implica, pelo menos teoricamente, na expansão do crédito, e mais importante ainda é que implica numa reorientação do crédito para os setores de baixa renda. A intenção é avaliar em que medida as MPEs são beneficiadas neste quadro; ou seja, visto que há um cenário favorável para a expansão da oferta de crédito, como as MPEs são atingidas?

Outra deficiência atual no processo de concessão de crédito é que as instituições financeiras avaliam a capacidade da empresa em honrar a dívida e não avaliam a capacidade do projeto de se auto-sustentar, isto ocorre em grande parte por causa do custo elevado de coleta e de processamento de informações ao qual a instituição incorreria, afinal teria que estudar e desenvolver um conhecimento especial sobre o assunto.

Uma questão fundamental levantada é que atualmente só existem sistemas de informação negativos, faltam cadastros positivos, a idéia não é substituir os positivos pelos negativos, mas ter os dois, visto que há complementaridades entre eles. Os cadastros negativos funcionam muito bem hoje quando a questão é para quem não conceder crédito, mas em se tratando de selecionar os tomadores temos carência de informações.

Será de grande valia para a expansão do microcrédito um projeto que objetive a redução da assimetria de informação. Com efeito, é necessária a busca de processos de

sistematização das informações existentes, porque sem elas as entidades de microcrédito serão extremamente cautelosas na concessão de empréstimos, o que acabará por prejudicar a expansão deste tipo de crédito na velocidade que se faz necessária.

O GT constatou o quanto é difícil a obtenção de informações, no microcrédito, sobre os tomadores, o que onera em muito os custos operacionais das OSCIPs e das SCMs. Com o objetivo de reduzir a assimetria de informações, propôs que o SEBRAE promova levantamento de informações existentes em seus cadastros de clientes e em programas tocados por diferentes agentes, cruzando tais informações com as disponíveis em outras bases de dados. Que, em seguida, divulgue os resultados amplamente.

Cadastros Negativos

Como exemplos de cadastros negativos temos a Serasa, que tem o registro de pagamentos pendentes, cheques sem fundo assim como a assiduidade e pontualidade em crediários e pagamentos de contas. A principal função é a elaboração de um banco de dados de informações negativas para seus acionistas e usuários. Este banco de dados tem como objetivo monitorar as empresas sobre três tipos de risco: o do cliente, o da operação, e o da concentração. É importante destacar que este tipo de informação negativa não é suficiente quando a intenção é avaliar o risco na concessão de crédito. O ideal é avaliar o perfil de risco do projeto a ser desenvolvido, a expectativa de receber o dinheiro de volta e saber qual o prêmio cobrado para aquele negócio. No debate, os representantes da Serasa levantaram a questão de como as empresas podem desenvolver um banco de dados com informações positivas e as possíveis alianças a serem desenvolvidas para facilitar o acesso das MPEs aos serviços financeiros.

Um segundo exemplo de cadastro negativo é a Rede Nacional de Proteção ao crédito, projeto de interligação do SPC existente nas entidades filiadas a Confederação de Associações Comerciais do Brasil. A intenção é criar um banco de dados com informações cadastrais dos consumidores registrados a fim de diminuir o índice de inadimplência. O sistema é alimentado principalmente por associações comerciais e federações, pois estas possuem dados fornecidos por milhares de comerciantes dos mais diversos lugares. O sistema fornece informações sobre cheques e sobre a inadimplência de pessoas físicas. Este sistema ainda não está ao alcance das MPEs pois o funcionamento do sistema exige a utilização de alta tecnologia, o desafio atual é a transferência dessa tecnologia para as micro e pequenas empresas que consultam o sistema. Uma outra limitação é que a rede se dedica apenas ao comércio varejista.

Cadastros Positivos

Recentemente o Banco Central adotou um “Sistema de informação de Crédito” ou “Central de Risco”, trata-se de um banco de dados de operações de crédito bancário, todas as instituições financeiras reguladas pelo Banco Central fornecem sua base de dados das operações de crédito para que esta seja disponibilizada para o próprio Banco Central, para as outras instituições financeiras e para os tomadores de crédito em geral. Este sistema é normalmente utilizado para a supervisão bancária e funciona como um bureau de crédito, pois apresenta o histórico bancário dos clientes e desse modo discrimina positivamente o bom pagador. Trata-se do maior cadastro de informações positivas sobre tomadores de crédito. Antes da criação deste sistema as informações sobre a capacidade de pagamento dos candidatos a um empréstimo se restringiam à instituição financeira com a qual o indivíduo tinha realizado alguma operação. Com o novo sistema as informações estão centralizadas e disponíveis para todas as instituições.

Uma deficiência, dentro do enfoque aqui adotado, é que esta central não inclui operações de crédito inferiores a R\$5000,00, o que limita o uso deste sistema em se

tratando de conceder crédito às MPEs. Um outro fator é que as informações tem uma defasagem de 2 meses. Trata-se de um sistema recente no Brasil e ainda muito pouco usada testada pelas instituições.

Informações e garantias alternativas

Surgiu a proposta da criação de uma espécie de “agente casamenteiro”, que interliga os interesses das MPEs às ofertas das instituições que concedem crédito, ou seja é necessário atender a necessidade dos bancos por garantias assim como a realidade financeira das MPEs. Atualmente as MPEs se relacionam com instituições de serviços financeiros de forma direta, a figura do agente casamenteiro representa alguém que entende a realidade da empresa e ao mesmo tempo as demandas, exigências e dificuldades que são colocados para a oferta de serviços. O ônus incorrido ao se optar pelo uso do “prestador de serviços” deve justificar o diferencial tanto para as MPEs como para as instituições financeiras. A vantagem no uso deste intermediário é a redução da assimetria de informação, a focalização e uma certa agilidade no processo de concessão de crédito.

Mas tratamos aqui em particular, dos mais pobres dos pobres demandantes de crédito. A alta capilaridade do Bolsa Família, que atinge os municípios mais pobres de várias partes do País, aliada ao aproveitamento de custos já incorridos, de externalidades informacionais geradas e dos serviços sociais prestados, que podem ser complementados com o crédito, conferem-lhe posição privilegiada.

Diante das vantagens citadas (ex: aproveitamento dos custos incorridos), a primeira sugestão do Grupo de Trabalho é usar a estrutura do Projeto Bolsa Família como plataforma de acesso aos negócios locais. Dessa sugestão do Grupo de Trabalho deriva a segunda que, no contexto do trabalho do Grupo de Trabalho, era a que importava. A proposta é criar mecanismo de acesso ao crédito através dos cartões eletrônicos utilizados para distribuir as bolsas do Bolsa Família (bolsa-escola, bolsa-alimentação, vale-gás, bolsa-renda, bolsa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil etc.).

Trata-se de conferir aos beneficiários alguma liberdade de escolha no *timing* do recebimento de recursos. Por exemplo, uma vez cumpridas as exigências de frequência escolar do bolsa-escola, seria permitido a antecipação do recebimento dos recursos devidos até a próxima verificação. Esta escolha entre renda mínima e capital mínimo equivale à opção de uma operação creditícia que não encareceria os custos de provisão destes programas sociais.

O Grupo de Trabalho levou em conta que os cartões magnéticos usados na distribuição das diversas bolsas do projeto Bolsa Família abrem novos horizontes. O pobre passa a dispor de um fluxo de renda estável, pago através de cartões de instituições com alta tradição na área creditícia, como a Caixa Econômica Federal. Para o Grupo de Trabalho, as bolsas do Projeto Bolsa Família poderiam servir como colateral para os nanoempreendedores conseguirem empréstimos.

O Projeto Bolsa Família é coordenado pelo Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome Social. Numa ação para alavancar crédito para os nanoempreendedores desses municípios, além desse Ministério, surge como parceiro evidente a Caixa Econômica Federal que, como guardião dos cadastros e emissora dos cartões magnéticos, poderia conceder empréstimos tendo as bolsas do projeto Bolsa Família como colateral.

Fontes de dados alternativos

Temos, além dos já mencionados, o Sistema de Informações Setoriais Geo-referenciadas do Sebrae, trata-se de uma base cadastral das micro e pequenas empresas cujo objetivo maior é fornecer informações para órgãos públicos, empresários, governo e empreendedores em geral a fim de possibilitar a implementação de políticas públicas que identifiquem as necessidades das MPEs. O sistema se baseia no registro das ações desenvolvidas pelo Sebrae e outras entidades nas áreas de capacitação. As informações são registradas por setor/segmento produtivo e desse modo é possível identificar as MPEs dentro das cadeias produtivas, o que facilita a contextualização do entorno empresarial desses empreendimentos. Permite obter informações sobre a base municipal onde se localizam as MPEs, o cruzamento destas informações geo-referenciadas com informações do SIAC (ou outro sistema similar) permite visualizar as externalidades positivas existentes em cada território, assim como facilita a análise prévia à concessão de crédito.

Existe ainda uma lista de pesquisas de campo que pode ser usada para subsidiar a indústria de microcrédito. Neste aspecto o momento é bastante apropriado para realizar estudos sobre o funcionamento de pequenas empresas brasileiras, pois apesar de existir uma longa tradição na realização de pesquisas domiciliares no Brasil, só recentemente foram implantadas pesquisas representativas, que visam avaliar as diferentes dimensões do funcionamento dessas empresas. Propõe-se utilizar estatísticas primárias e secundárias, a pesquisa sobre o setor informal de 1997 e a que está em campo sob os auspícios do Sebrae, e a PPV. Além disso se propõe o uso de cadastros sociais e de uma série de pesquisas domiciliares detalhadas no apêndice (PNAD, PPV, POF PME, etc).

Propostas e conclusões

Discutir Sistemas de Informação hoje é ver como se dá o acesso às informações por parte dos bancos, e daí a necessidade, levantada no debate, da criação de cadastros positivos de informações, a necessidade de avaliar de forma eficaz o crédito a MPEs, isto implica na avaliação não apenas o setor mas também deveria ser levada em conta a região onde a empresa se encontra.

O modelo proposto passa por dois níveis, a saber:

Movimento de baixo para cima: A preocupação maior é a de coletar e uniformizar as informações levantadas pelas instituições operantes neste segmento. O problema deste esforço está na heterogeneidade e dispersão geográfica intrínseca ao segmento de microcrédito no Brasil, assim como, nos baixos incentivos dessas instituições de incorrerem nos custos de provisão de informações. Uma possibilidade é condicionar a devolução às instituições de informações mais agregadas, sistematizadas à sua adequada prestação, conforme o item a seguir.

Movimento de cima para baixo: Além de sistematizar as informações fornecidas pelas instituições locais, a proposta é sistematizar um conjunto de informações úteis ao mercado de microcrédito oriundas de bases de dados de diversas instituições, incluindo, o IBGE, diferentes Ministérios e o Sebrae. O diagnóstico sobre a situação atual do público-alvo do microcrédito exige o tratamento de uma série de informações secundárias

Outra questão relevante é que na análise em relação às MPEs deve ser feita também um levantamento setorial, ou seja devemos considerar as MPEs em seus territórios, assim como olhar para elas dentro das cadeias produtivas.

Uma alternativa para o problema de acesso ao crédito são as cooperativas de crédito pois são organizações da sociedade civil, com cultura de crédito e com menor assimetria de informação. Além de ter maior proximidade do cliente e capacidade de captar recursos do sistema financeiro e transferir para os associados.

Foi com base nesse diagnóstico que o Grupo de Trabalho sugeriu duas propostas adicionais. A primeira é usar a estrutura do projeto Bolsa Família como plataforma de provisão de informações e acesso aos negócios locais. A alta capilaridade do Bolsa Família que atinge os municípios mais pobres dos vários recantos do país, aliado à complementaridade do crédito com os serviços sociais prestados, o aproveitamento dos custos incorridos e as externalidades informacionais geradas, conferem-lhe posição privilegiada ao programa em levar o crédito aos produtores mais pobres do país¹. A outra é gerar um sistema de provisão de informações alternativas de caráter mais geral e anônima que permitam analisar tipologias de tomadores de crédito.

¹ O Bolsa Família os municípios mais pobres com Cartão Alimentação do Fome Zero, o Bolsa-Escola etc.

Anexo: Fontes de dados alternativos

ENCIF

O processo de coleta de dados foi feita em dois passos: primeiro, uma pesquisa domiciliar padrão enquanto coletava características pessoais da população alvo, mapeava aonde as pequenas firmas (menos de cinco empregados) estavam localizadas. A segunda e mais importante parte da pesquisa estudou em detalhe a operação dos pequenos empresários e unidades de conta-próprias.

As dimensões de pessoa jurídica da pesquisa incluem elementos como receitas, perfil da clientela, estrutura de custos, lucratividade, decisões de investimento, inventário de ativos, acesso ao crédito (incluindo linhas oficiais), forma de utilização do crédito, assistência técnica recebida, cumprimento da legislação, sazonalidades operacionais, duração do negócio e etc.

Esta pesquisa permite correlacionar estas dimensões de funcionamento dos negócios com diversas características sócio-econômicas não só dos proprietários como da população empregada em pequenos empreendimentos. Entre as características abordadas dos proprietários observa-se: sexo, idade, escolaridade, setor de atividade, estrutura societária atual e sua evolução, motivação para a abertura do negócio, motivação para saída do último trabalho, origem dos recursos usados na abertura do negócio, idade que ingressou no mercado de trabalho. As características pesquisadas do pessoal ocupado nos pequenos negócios (exclusive os proprietários) incluem elementos como sexo, idade, setor de atividade, posição na ocupação, relação de parentesco com o proprietário, forma de entrada no negócio, tempo no negócio, dias trabalhados no mês, jornada de trabalho etc.

Pesquisa de Padrões de Vida (PPV)

A fonte básica de dados primários sobre pequenas empresas é a Pesquisa de Padrões de Vida (PPV). As principais vantagens da PPV são realizar conexões entre o funcionamento dos pequenos negócios e uma vasta gama de dimensões dos domicílios. Complementarmente, a PPV é a única pesquisa que cobre o funcionamento de pequenos negócios rurais. A PPV corresponde, na verdade, à versão brasileira do Living Standard Measurement Survey (LSMS) e foi implementada somente uma vez, em 1995-96, em um projeto conjunto entre o Banco Mundial e o IBGE. A amostra de 5000 cobre a população das regiões Nordeste e Sudeste.

Pesquisas Domiciliares

- Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios (PNAD)

A PNAD é uma pesquisa domiciliar anual realizada no terceiro trimestre que entrevista 100.000 domicílios todo ano. Esta pesquisa possui detalhadas características pessoais e ocupacionais de todos os membros dos domicílios. A PNAD possui informações detalhadas sobre acesso a serviços públicos, posse de bens duráveis, e condições de moradia desde que ela foi iniciada. A nova PNAD possui informações detalhadas sobre tamanho e localização das pequenas empresas, grau de cooperativismo, tempo de transporte, entre outras.

- Pesquisa Mensal do Emprego – PME

Essa pesquisa mensal do Emprego é realizada nas seis principais regiões metropolitanas brasileiras pelo IBGE. Ela cobre em média 40.000 domicílios mensalmente desde 1980. Essa pesquisa também possui detalhadas características pessoais e ocupacionais de

todos os membros dos domicílios. A PME replica o esquema de amostragem da US Current Population Survey (CPS) visando coletar informações do mesmo domicílio por oito vezes durante um período de 16 meses. Mais especificamente, a PME tenta coletar informação do mesmo domicílio durante os meses $t, t+1, t+2, t+3, t+12, t+13, t+14, t+15$. Essa característica de painel rotativo permitirá estimar a frequência de movimentos para dentro e para fora de atividades de pequenos negócios (isto é, o risco ocupacional) além do risco de renda inerente a pequenas atividades empresariais.

- Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF

Essa pesquisa foi realizada em ambiente metropolitano, em 1987 e 1996, e na totalidade do território nacional em 1974/75 e 2002/03 pelo IBGE. Ela cobre as onze principais regiões metropolitanas incluindo Recife, Salvador e Fortaleza. Além das informações das características dos indivíduos, a pesquisa possui uma parte muito ampla e dados desagregados sobre fontes de renda, gastos em consumo e como as compras de bens duráveis são financiadas. A POF também possui dados sobre os acessos aos serviços financeiros (cartões de crédito, cheques especiais, etc.).

Censo Demográfico de 1970, 1980, 1991e 2000 – O Censo permitirá analisar as tendências de longo prazo da população e da renda a nível de todos os Municípios para entender de maneira indireta a evolução do setor informal na região.

Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/Módulo II (CAGED) – Os dados censitários provenientes dos registros administrativos do Ministério do Trabalho permitirão analisar a evolução recente de atributos relacionados ao emprego formal a nível dos diversos municípios do estado.